



ATA DE REUNIÃO

Aos 06 de setembro de 2016, às 10h30, reuniram-se o Desembargador Carlos Henrique Perpétuo Braga, Superintendente Administrativo Adjunto do Tribunal de Justiça, o Secretário Especial da Presidência, Renato Cardoso Soares, a Secretária de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional do Tribunal de Justiça, Daniela Arantes Corrêa, a Secretária da Presidência, Mariana Alves de Brito Magalhães, o Diretor Executivo de Finanças e Execução Orçamentária, Eduardo Henrique Alves de Paula e Assessor Técnico de Planejamento, Hilton Secundino Alves, inicialmente designados pelo Presidente do Tribunal para as tratativas com o Sindicato. Presentes o Advogado-Geral Adjunto do Estado, Sérgio Pessoa de Paula Castro, e o Procurador do Estado, Daniel Cabaleiro Saldanha. Presentes, também, os representantes do Sindicato dos Servidores da Justiça de 2ª Instância - SINJUS, Alexandre Paulo Pires da Silva e Robert Wagner França, e a Advogada do SINJUS, Dr.^a Camila dos Santos Magalhães. Abertos os trabalhos, o Des. Carlos Henrique esclareceu a todos que o objetivo da reunião, para a qual foram convocados os representantes sindicais acima mencionados, é o de apresentar a estes últimos as propostas da Presidência do Tribunal de Justiça, em relação às reivindicações constantes do Ofício Sinjus nº 104/2016, em defesa das quais os servidores acenam com a possibilidade de iniciar movimento grevista, a partir do dia 14 de setembro de 2016. Esclareceu que as propostas a serem agora apresentadas foram construídas sob a orientação da Presidência do Tribunal, de que se buscasse o melhor atendimento possível às reivindicações dos servidores, considerando-se o limite de recursos disponíveis. Em seguida, detalhou as seguintes propostas:

1. DATA BASE: revisão de 3% (três por cento) dos vencimentos e proventos retroativos a maio/2016. O pagamento será iniciado em outubro de 2016, após a edição da Lei autorizativa, e os valores retroativos serão quitados em duas parcelas, pagas em janeiro/2017 e março/2017;
2. AUXÍLIO-SAÚDE: será enviado projeto de lei criando o benefício a partir janeiro de 2017. Os valores serão regulamentados por ato do Poder Judiciário, inicialmente nos seguintes montantes: servidores até 40 anos de idade: R\$ 200,00 mensais; servidores entre 41 e 50 anos de idade: R\$ 250,00 mensais; servidores com 51 anos de idade, ou mais: R\$ 300,00 mensais;
3. AUXÍLIO-TRANSPORTE: será enviado projeto de lei criando o benefício a partir janeiro de 2017. Os valores serão regulamentados por ato do Poder Judiciário, podendo ser adotadas as seguintes alternativas: R\$

150

2. UC

[Handwritten signatures and initials]

Camila M

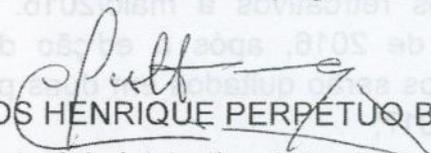


Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

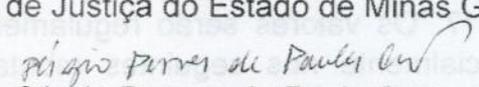
Secretaria Especial da Presidência – Comissões Permanentes

200,00 mensais somente para os servidores que tiverem padrão de vencimento até o PJ 58, ou R\$ 150,00 mensais para todos os servidores.

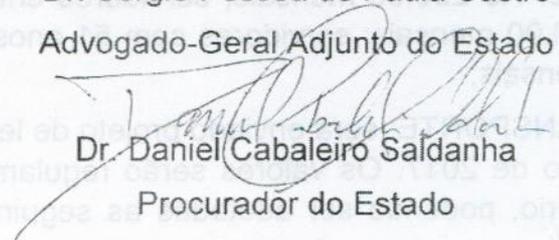
O SINJUS apresentou 5 (cinco) propostas alternativas, que ficam anexadas à presente ata, dela fazendo parte integrante, e que serão submetidas à avaliação da equipe técnica do Tribunal de Justiça. A conclusão do Tribunal sobre as propostas apresentadas será exposta em nova reunião agendada para o dia 26/09/2016, às 10 horas. O Dr. Daniel Cabaleiro indagou se qualquer uma das propostas apresentadas seria de plena aceitação pelos representantes sindicais. Alexandre Pires ressaltou que as propostas foram construídas pela Direção do Sinjus e pela sua Assessoria Técnica, com fundamento em dados disponíveis no Portal do Tribunal de Justiça, mas que devem ser levadas ao conhecimento e aprovação pela categoria, em assembleia. Solicitou, ainda, que fossem repassados ao Sindicato os dados técnicos (metodologia), que embasaram as propostas do Tribunal, o que será feito pela Secretária de Planejamento, Daniela Corrêa, após ciência do Presidente do Tribunal. As informações serão entregues até o dia 12/09/2016. Alexandre Pires reiterou solicitação já constante de ofício encaminhado à Presidência do Tribunal, no sentido de que seja retirada da pauta do Órgão Especial, relativa ao dia 14/09/2016, a apreciação da matéria relativa ao Plano de Carreiras dos Servidores, ressaltando que esse tópico integra as propostas apresentadas nesta reunião e constantes da pauta de reivindicações de greve. O Sindicato também deverá apresentar, até o dia 12/09/2016, as premissas de cálculo utilizadas para construir as propostas apresentadas. Nada mais havendo, foi encerrada a sessão, da qual lavrou-se esta ata, que vai assinada por todos os presentes e será publicada pela entidade sindical e pelo Tribunal de Justiça em sua página de Intranet.


Desembargador CARLOS HENRIQUE PERPETUO BRAGA

Superintendente Administrativo Adjunto
Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais


Dr. Sérgio Pessoa de Paula Castro

Advogado-Geral Adjunto do Estado


Dr. Daniel Cabaleiro Saldanha

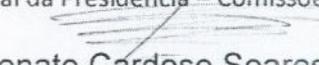
Procurador do Estado



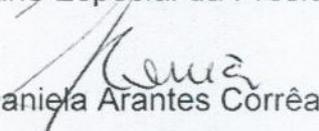


Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais
Tribunal de Justiça

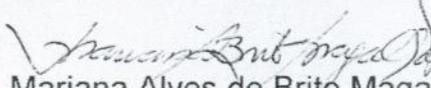
Secretaria Especial da Presidência – Comissões Permanentes


Renato Cardoso Soares

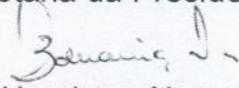
Secretário Especial da Presidência


Daniela Arantes Corrêa

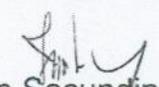
Secretária de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional


Mariana Alves de Brito Magalhães

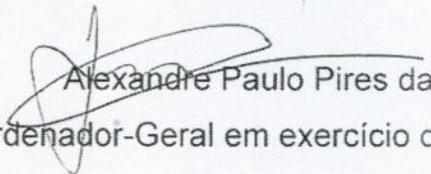
Secretária da Presidência


Eduardo Henrique Alves de Paula

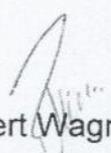
Diretor Executivo de Finanças e Execução Orçamentária


Hilton Secundino Alves

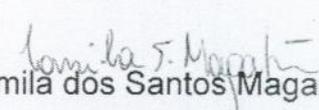
Assessor Técnico de Planejamento


Alexandre Paulo Pires da Silva

Coordenador-Geral em exercício do SINJUS-MG


Robert Wagner França

Diretor de Formação Político-Sindical do SINJUS-MG


Camila dos Santos Magalhães

Advogada do SINJUS

